

MUNDO NOVO

Condenada por exploração sexual, Juraci Balbino dos Santos, 40, passará a cumprir, neste mês, a pena de quatro anos e seis meses, em regime semiaberto

Envolvida em crime sexual cumprirá pena

OSVALDO JÚNIOR,

ESPECIAL PARA O CORREIO DO ESTADO



Após 13 meses da expedição da sentença condenatória, a cafetina Juraci Balbino dos Santos, 40, passará a cumprir, neste mês, a pena de quatro anos e seis meses em regime semiaberto pelo crime de exploração sexual. Ações criminosas da cafetina, residente em Mundo Novo, na fronteira sul do Estado, foram veiculadas no Correio do Estado, na edição de 5 de setembro, como parte da série de reportagem do Prêmio Tim Lopes de investigação jornalística. Junto com Walmir Rufino Correia, 41, Juraci também responde pelo crime de cárcere privado – na chácara do casal, em Guaíra (PR), foram encontradas duas crianças, filhas de prostitutas, usadas como “moeda de troca” de supostas dívidas de suas mães no prostíbulo.

A cafetina será comunicada do cumprimento de sua sentença em audiência marcada para o dia 5 deste mês (sexta-feira), conforme informou a Vara da Infância e Juventude do município. A audiência corresponde à etapa final do processo de execução

penal. Juraci ficará presa em sua própria residência, pois não há estabelecimento penal semiaberto em Mundo Novo. Além da reclusão, a cafetina pagará multa correspondente a trinta avos do valor do salário mínimo durante 50 dias.

A condenação de Juraci Balbino resulta de um fato ocorrido em abril de 2005, quando policiais encontraram na boate Refúgio, na BR-163, de propriedade da cafetina, duas adolescentes. A casa foi fechada e Juraci indiciada. O Ministério Público a acusou de exploração sexual, de rufianismo, de manter casa de prostituição e de tráfico interno de pessoa. O processo se estendeu por quase cinco anos e Juraci foi condenada, em outubro de 2009, apenas pelo crime de exploração sexual. O cumprimento da sentença dependia do encerramento do processo de execução penal, o que ocorreu há pouco mais de uma semana.

Mesmo com o fechamento de sua boate e com seu indiciamento, Juraci permaneceu atuante no mercado do sexo de Mundo Novo e região. A sua condenação não a impediu de cometer um novo crime, o de cárcere privado. A esse crime também responde Walmir Rufino. A vítima é uma menina de oito anos, hoje abrigada.

Cárcere

Embora conste, no novo processo, apenas uma vítima, pelo menos outra criança – um menino de sete anos – também esteve em poder de Juraci e Walmir. As duas crianças foram encontradas, em momentos distintos, em uma chácara, onde reside uma filha do casal. Conforme profissionais da rede de proteção da criança e do adolescente de Mundo Novo, a menina e o menino, foram trocados por dívidas de suas mães, prostitutas que trabalharam na boate de Walmir e Juraci.

Criar uma situação de dívida é uma prática comum na exploração sexual e objetiva impedir que a pessoa “endividada” deixe o prostíbulo. O agravante, no caso envolvendo Juraci e Walmir, é que crianças teriam sido usadas como penhoras na negociação de dívidas de suas mães: as prostitutas foram liberadas pelo casal após concordarem em deixar seus filhos na boate. As crianças foram levadas para a chácara, onde permaneceram em situação de cárcere.

O menino foi adotado. A menina também vivenciou um momento de convívio com uma família substituta. Mas foi uma experiência de apenas duas semanas. A família, que iria adotá-la, terminou devolvendo-a para o abrigo



A Polícia Civil de Mundo Novo investigou ações de Juraci Balbino em pelo menos dois inquéritos

sob a alegação de que ela tinha comportamentos inadquiridos para a idade.

O processo de cárcere, que tramita no Ministério Público Estadual, deverá provocar a regressão de pena de Juraci, se assim for o entendimento da Justiça. Isso significa que ela poderá, além de ter o período de sua reclusão aumentada, ter o regime mudado de se-

miaberto para fechado.

Histórico de violência

Antes de o caso ser denunciado, a menina, hoje abrigada, permaneceu três meses em cárcere privado. A situação foi somente mais um episódio de um histórico de violação de direitos. Em sua cidade de origem, Antônio João, a criança passava grande parte do

dia nas ruas, de acordo com o Creas (Centro de Referência Especial de Assistência Social e Conselho Tutelar. Conforme esses órgãos, a mãe tentou entregar a menina por 300 reais a um homem interessado no corpo da criança. Após o caso ser descoberto, a mãe fugiu com a filha, chegando a Mundo Novo, onde a menina foi reduzida a moeda de troca.

Militares do Exército patrulharão áreas de fronteira até o dia 14



Militares estão patrulhando pontos estratégicos da região de fronteira com o Paraguai

EDILSON JOSÉ ALVES, PONTA PORÃ

Até o dia 14, militares do Exército estarão patrulhando pontos estratégicos da região de fronteira, como parte da Operação Cadeado. A mobilização foi iniciada na sexta-feira, prevendo o fechamento de todos os acessos ao Paraguai.

O trabalho envolve efetivos da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Dourados e várias outras unidades militares. O objetivo é coibir crimes como tráfico de drogas e de armas de fogo, contrabando, desca-minho de mercadorias e os demais delitos transfronteiriços e ambientais.

Conforme as informações do Comando Militar do Oeste (CMO), a “Operação Cadeado”, teve início com o envolvimento de dois mil homens, 135 viaturas, 8 embarcações e dois helicópteros. São militares da

4ª Brigada de Dourados, da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá-MT e da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, de Corumbá.

Policimento

Os militares do Exército durante a duração da operação vão fazer o patrulhamento de toda a região de fronteira. Eles vão montar barreiras fixas nas estradas e também vão disponibilizar equipes volantes para fazer revistas de pessoas e veículos terrestres.

Na faixa de fronteira, os militares devem concentrar seus trabalhos nas rodovias BR-463, entre Ponta Porã e Dourados; nas rodovias estaduais MS-386, que dá acesso a Amambaí; MS-164 que demanda para o Assentamento Itamarati e distrito de Itahum, em Dourados; além da MS-384 que interliga a fronteira a An-

tônio João e a região sudoeste do Estado.

Ainda de acordo com o CMO, a “Operação Cadeado” é um trabalho conjunto do Exército Brasileiro com os órgãos de segurança pública federal e estaduais como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Ibama e Receita Federal.

Ação oficial

A Operação Cadeado foi criada para coibir crimes transfronteiriços e ambientais e segue os mesmos moldes da mobilização ocorrida no ano passado. As ações do Exército Brasileiro, na faixa de fronteira é amparada pela Lei Complementar n.º 97 de 09 de junho de 1999, modificada pela Lei Complementar n.º 117 de 02 de setembro de 2004 e pela Lei Complementar 136/2010.

→ VISTORIA ←

Segurança barra conselheiros na porta da Unei de Dourados

KARINE CORTEZ

A comissão do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso do Sul (Cedca-MS), foi barrada na manhã de ontem ao chegar para visita na Unidade Educacional de Internação (Unei) Laranja Doce, em Dourados. A ordem, proibindo entrada do grupo, partiu do secretário estadual de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Wantuir Jacini. Ele enviou comunicado informando que, por estar em reforma, a Unei Laranja Doce não possui condição de segurança adequada, e por isso não poderia ser vistoriada, mas o documento teria sido encaminhado na véspera da visita.

“Não houve uma proibição a visita deles e sim uma precaução para evitarmos transtornos. O lo-

cal está em total reforma e não seria possível abrir para visitação colocando em risco a segurança da comissão, dos adolescentes e ainda dos funcionários que trabalham na unidade”, explicou o superintendente de Medidas Socioeducativas da Sejusp, coronel Hilton Vilassanti Romero.

No dia 25 de outubro o Governo do Estado havia autorizado as vistorias, incluindo inclusive garantido o pagamento de diárias dos servidores com recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência, conforme publicação no Diário Oficial. As visitas da comissão começaram na última sexta-feira pela Unei Mitaí, em Ponta Porã e ontem vistoriaram a Unei Esperança, que abriga adolescentes do sexo feminino. Mas, ao chegarem para visitar a Unei Laranja Doce foram surpreendidos

pela determinação da Secretaria de Segurança.

A situação das Uneis não é das melhores. Em julho deste ano o juiz da Infância e da Juventude da Capital, Danilo Burin, determinou a interdição da Unei Dom Bosco, em Campo Grande, por falta de condições mínimas de higiene até sarna os meninos pegaram no local. A Sejusp transferiu os internos para a antiga sede da Colônia Penal Agrícola onde permanecerão até que as obras de reforma na Unei Dom Bosco sejam concluídas.

Próximas visitas

Conforme publicação do Diário Oficial as próximas visitas acontecerão entre nos dias 20 de novembro nas Uneis de Três Lagoas e em 27 de novembro nas unidades de Corumbá.

Brasileiro executado por pistoleiros

PONTA PORÃ

Dois pistoleiros paraguaios executaram com vários tiros de pistola nove milímetros o brasileiro Sebastião Leão Souza, de 39 anos. O fato se deu durante atentado registrado no final da tarde de sexta-feira, em Salto Del Guairá, nas proximidades da fronteira com Mundo Novo, no sul do Estado.

Conforme as informações repassadas pela Polícia Nacional do Paraguai, Sebastião dirigia um veículo Corsa, momento que foi atingido por vários tiros disparados por um pistoleiro que estava na garupa de uma motocicleta.

De acordo com a polícia, o motociclista vinha seguindo o brasileiro até o momento que ele reduziu a velocidade para passar por

uma lombada. Nesse instante o homem que estava na garupa da motocicleta fez os disparos, atingindo a cabeça e corpo da vítima que ainda foi levada ao hospital local, mas não resistiu e morreu. Os investigadores descobriram que Sebastião Leão Souza era morador da cidade de Umuarama, no Paraná, e constantemente visitava a fronteira do Brasil com o Paraguai. (EJA)